



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



**Projeto de Lei nº 03, de 25 de janeiro de 2019.**

**Autor: Executivo Municipal**

***Assunto: "Dá nova redação ao artigo 29 da Lei Municipal nº 3.101, de 14 de agosto 2018 (institui o Sistema de Gestão Sustentável e regulamenta credenciamento de serviços de disposição, transporte e destinação final de resíduos volumosos (Disk entulho) no município de Cordeirópolis-SP, de acordo com o previsto na Resolução CONAMA nº 307/02 e dá outras providências conforme especifica)".***

## **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Nos termos do art. 35 e art. 67, inciso I, do Regimento Interno desta Câmara, compete a esta comissão, dentre outras funções, realizar estudos e emitir pareceres especializados, bem como opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições.

Assim, o Projeto de Lei em análise é de autoria do Poder Executivo, e tem por objetivo incluir o parágrafo único ao artigo 29 da Lei nº 3.101/18 - Sistema de Gestão Sustentável e Regulamenta Credenciamento de Serviços de Disposição, transporte e Destinação Final de Resíduos Volumosos - Disk Entulho, no Município de Cordeirópolis.

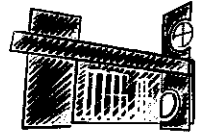
O proponente justifica que a medida se faz necessária em atendimento a alteração sugerida pela Secretaria de Meio Ambiente do Município, para que os valores arrecadados com as multas provenientes da infração ao artigo 29 da Lei nº 3.101/18 sejam depositadas no Fundo Municipal de Meio Ambiente.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

## **Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



Ademais, adveio o Parecer jurídico nº 017/19 às fls. 07/09 elaborado pelo Ilustre Diretor Jurídico desta casa, concluindo pela legalidade e constitucionalidade do projeto.

Com todo o exposto, aprecia a presente Comissão pela Legalidade e Constitucionalidade do referido Projeto, visto que este encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável, bem como a matéria da propositura se enquadra na competência privativa do Município.

Diante dos argumentos acima expostos, opinamos pela regular tramitação do projeto em análise.

Cordeirópolis, 01 de março de 2019.

  
**Antonio Marcos da Silva**

**Vereador - PT**

  
**Cleverton Nunes Menezes**

**Vereador - MDB**

  
**José Geraldo Botion**

**Vereador - PSDB**

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

DATA: 15/03/2019

HORA: 15:50

Autoria: COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Nº  
3/2019 Da nova redação ao artigo 29 da Lei  
Municipal nº 3.101, de 14 de agosto de 2018

Rua Cas

PROTOCOLU Nº  
00255/2019

370